



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 4

“CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA”

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA

MR4.1. Sociedade e Cultura de Fronteira

EMENTA

Esta mesa propõe-se a discutir fronteiras no Prata, contemplando diferentes temporalidades e espacialidades com enfoques voltados aos guaranis, às missões jesuíticas, aos migrantes dos séculos XIX e XX e às ideologias nacionalistas e de integração. Poderão ser trazidos ao debate estudos e reflexões que apontam para relações sociais transfronteiras, para vivências à margem das intencionalidades oficiais e de discursos hegemônicos. A composição da mesa proposta atentou para a inserção interinstitucional, para a interdisciplinaridade e vínculos com programas de pós-graduação que trabalham com fronteiras.

Coordenador: Valdir Gregory – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE - BRASIL)
Carmen Curbelo: Universidad de la Republica Uruguay - (UDELAR - URUGUAY)
Ernelo Schallenger – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE – BRASIL)
Jones Dari Goeter: Universidade Federal da Grande Dourados - (UFGD - BRASIL)
Ricardo Carlos Abinzano: Universidad Autónoma de Misiones – (ARGENTINA)

RESUMOS APROVADOS

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL LATINO-AMERICANO: O TRADICIONALISMO E A IDENTIDADE GAÚCHA (autor(es/as): Ana Carolina Rios Gomes)

O RAP ENTRE FRONTEIRAS: PRÁTICAS ESTÉTICO-MUSICAIS LATINO AMERICANAS (autor(es/as): Angela Maria de Souza)
REMANESCENTES DAS REDUÇÕES JESUÍTICAS DE NOSSA SENHORA LORETO E SANTO INÁCIO MINI NA PROVÍNCIA DO GUAIRÁ-1608-1639 (autor(es/as): BERENICE SCHELBAUER DO PRADO)

O CIRCUITO ROCKEIRO NA TRÍPLICE FRONTEIRA (autor(es/as): Franciele Cristina Neves)

A SOCIEDADE DE CONSUMO: ANÁLISES NA FRONTEIRA ENTRE BRASIL E PARAGUAI (autor(es/as): Luana Caroline Künast Polon)

Cortando a cerca: uma escola do campo frente a multiculturalidade contemporânea (autor(es/as): Lydia Maria Assis Brasil Valentini)

Movimento Hip-Hop como manifestação cultural: Uma análise do léxico de letras de rap em Foz do Iguaçu. (autor(es/as): RONALDO SILVA)

INTEGRALIZAÇÃO LATINOAMERICANA: AFIRMAÇÃO CULTURAL OU JOGADA IMPERALISTA? (autor(es/as): Victor Alves Pereira)

Sankofá- Abaeté: Construindo diretrizes, resgatando nossas raízes (autor(es/as): Vilisa Rudenco Gomes)

SAÚDE SEM FRONTEIRAS - REDE BINACIONAL DE SAÚDE NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI (autor(es/as): Daniela da Rosa Curcio et alii.)

MR4.2. Apropriação, Usos do Território e Práticas Sociais Diferenciadas

EMENTA

Os trabalhos da presente mesa circunscrevem-se às pesquisas que vêm sendo desenvolvidas pelos participantes, que têm como referência diferentes sujeitos (quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, ribeirinhos e trabalhadores rurais dentre outros) e práticas sociais, em distintos contextos. Os trabalhos explicitam diversos aspectos da problemática relativa à organização, apropriação e uso do território. O fio condutor das reflexões está referido às diferentes formas e estratégias utilizadas por esses sujeitos face às definições e redefinições recentes do território.

Coordenador: Joaquim Shiraishi Neto: Universidade estadual do Amazonas - (UEA - BRASIL)
Luís Fernando Cardoso e Cardoso: Universidade Federal do Pará - (UFPA - BRASIL)
Rosirene Martins Lima: Universidade estadual do Maranhão - (UEMA - BRASIL)
Ana Paulina Aguiar Soares: Universidade estadual do Amazonas – (UEA - BRASIL)

MEMÓRIAS DA GUERRA DO CONTESTADO- A CULTURA POPULAR ATRAVÉS DA RELIGIOSIDADE NO MONGE JOÃO MARIA DE JESUS EM MARILÂNDIADO SUL. (autor(es/as): Bruno Augusto Florentino)

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E SUA INTERFACE NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE ROSANA-SP (autor(es/as): CLEDIANE NASCIMENTO SANTOS)

REFLEXÕES ENTRE A MANUTENÇÃO DAS IDENTIFICAÇÕES RURAIS E A INFLUÊNCIA DAS MODERNIDADES NA VILA DO DISTRITO DE GUARAGI - PONTA GROSSA (PR) (autor(es/as): FABELIS MANFRON PRETTO)

ÍNDIOS, TAPUIOS E “CABOCOS”. CULTURAS E IDENTIDADES MARGINAIS NA MANAUS DE ONTEM E HOJE. (autor(es/as): PAULO MARREIRO DOS SANTOS JÚNIOR)

TOPOFILIA & TOPOFOBIA – TOPOCIDIO & TOPO-REABILITAÇÃO: A MERCANTILIZAÇÃO DA CULTURA EXPRESSA NO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO DE DIAMANTINA-MG (autor(es/as): RAHYAN DE CARVALHO ALVES)

ARELAÇÃO SER HUMANO/NATUREZA – REFLEXÕES A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO. (autor(es/as): ROSANA BARROSO MIRANDA).

MR4.3. Territórios, Memórias e Identidades latino-americanas

As ciências humanas e em especial as sociais desenvolveram no século XX teorias e metodologias para compreender e explicar como se elaboraram concepções de territórios, memórias e identidades, sobretudo na produção intelectual latino-americana. Atualmente, os estudos de caráter socioambiental contribuem sobremaneira com esses avanços, especialmente se forem considerados os aportes da antropologia, da geografia cultural, da história, da psicologia social e da sociologia. Além de localizar esses avanços, é fundamental trazer para o debate os resultados das pesquisas realizadas com esses múltiplos enfoques entre as dimensões da natureza e da sociedade

Coordenação: Salete Kozel – Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)
Maria Geralda de Almeida: Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade de Goiás - (IESA/UFG – BRASIL)
Álvaro Luiz Heidrich: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – (UFRGS – BRASIL)
Sandra Valeska Fernandez Castillo: Universidad de Concepción - (CHILE)
Alicia M. Lindon Villoria: Universidad Autónoma Metropolitana - (UAM – MÉXICO)

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA

“OUTROS” IMAGINADOS: AS REPRESENTAÇÕES DOS CIDADÃOS LATINO-AMERICANOS SOBRE AS CIDADES PRÓXIMAS E DISTANTES (autor(es/as): **Carla Beatriz Santos Menegaz**)

100 Anos de História: Alguns Elementos Formadores da Identidade Cultural do Território do Contestado (autor(es/as): **FLAVIA ALBERTINA PACHECO LEDUR**)

Guimarães Rosa no labirinto chamado América Latina (autor(es/as): **iolanda cristina dos santos**)

Los lugares de Memoria como lugares de Aprendizaje, tres estudios de caso: Santiago de Chile y Medellín-Colombia” (autor(es/as): **Karen Andrea Vásquez Puerta**)

A FESTA KALUNGA DE NOSSA SENHORA DE APARECIDA: IDENTIDADE TERRITORIAL E REAPROXIMAÇÃO ÉTNICA (autor(es/as): **Luana Nunes Martins de Lima**)

REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS E SIMBÓLICAS: AS IDENTIDADES DAS FESTAS DO BOI-A-SERRA NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO (autor(es/as): **Maisa França Teixeira**)

A construção do Patrimônio Cultural a partir do imaginário da população de Marechal Cândido Rondon - PR: um estudo sobre o lugar de memória Casa Gasa (autor(es/as): **Paulo Henrique Heitor Polon**)

A INFLUÊNCIA DO TURISMO NA VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL: O CASO DE SÃO LUÍS DO MARANHÃO (autor(es/as): **Saulo Ribeiro dos Santos**)

IDENTIDADE E FÉ NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE SERGIPE (autor(es/as): **Solimar Guindo Messi as Bonjardim**)

MR4.4. Espaço, gênero e sexualidades na América Latina

EMENTA

A mesa redonda tem como objetivo realizar uma reflexão sobre as relações de gênero que envolvem o processo de organização social, econômica e cultural dos territórios da América Latina, evidenciando as hierarquias e desigualdades baseadas nos papéis sociais insituídos para homens e mulheres.

Coordenadora: Joseli Maria Silva - Universidade Estadual de Ponta Grossa – (UEPG - BRASIL)

Marlene Tamanini: Universidade Federal do Paraná – (UFPR - BRASIL)

Diana Lan: Universidad Nacional del Centro – (UNC - ARGENTINA)

Maria das Graças Silva Nascimento Silva: Universidade Federal de Rondônia – (UFR – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

A MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES E A CULTURA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS (autor(es/as): **ALEXANDRA PINGRET**)

PELOTÓN MARIANA GRAJALES: O OLHAR DA REVISTA MUJERES NO ANO DE 1971 (autor(es/as): **Andréa Mazurok Schactae**)

NA ARGENTINA TANGOS, NO BRASIL TRAGÉDIAS! LÁ MATRIMONIO IGUALITÁRIO, AQUI UNIÃO CIVIL (autor(es/as): **CHRISTOPHER SMITH BIGNARDI NEVES**)

ECONOMIA SOLIDÁRIA, RELAÇÕES DE GÊNERO E COLETADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL: LIMITES E AVANÇOS (autor(es/as): **Edinara Terezinha de Andrade**)

As mulheres do tráfico e a violência de gênero (autor(es/as): **Fernanda Pereira Luz**)

ARTICULAÇÕES EM REDE NA AMÉRICA LATINA: O CASO DE CDDLA E “CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR” NO BRASIL (autor(es/as): **Francine Magalhães Brites**)

OS SUJEITOS NA MARGEM DA CULTURA - CONFLITOS NOS ESPAÇOS EDUCACIONAIS LATINO AMERICANOS (autor(es/as): **Gustavo Luiz Ferreira Santos**)

Habilidades Sociais e Sexualidade: A construção Identitária na Adolescência (autor(es/as): **Priscilla de Castro Campos Leitner**)

AS UNIÕES HOMOAFETIVAS CONFORME O BLOCO DE CONSTITUCIONALIDADE E UMA PROTEÇÃO NORMATIVA GLOBAL: GARANTINDO DIREITOS HUMANOS (autor(es/as): **Rafael da Silva Santiago**)

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DE LGBT NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARANÁ: UMA REFLEXÃO SOBRE SUAS APLICABILIDADES NO CONTEXTO DA EJA E PROEJA (autor(es/as): **Reinaldo Kovalski de Araujo**)

O MEDO NA CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ADOLESCENTES DO SEXO MASCULINO DA PERIFERIA DE DIFERENTES ÁREAS URBANAS DE PONTA GROSSA, PR (autor(es/as): **RENATO PEREIRA**)

MR4.5. Sociedades Tradicionais: imagens, tempo, espaço e saberes sobre a natureza

EMENTA

Em sua interação com a natureza, com distintas conformações, as chamadas “sociedades tradicionais” ou as sociedades originárias, constroem, historicamente, em seu universo mental, imaginário e práticas ecoprodutivas, uma cultura própria que envolve o conhecimento e respeito aos ciclos e movimentos naturais, atribuindo significado à sua vida material e imaterial – aos espaços ou territórios de que fazem parte. Isso envolve ritmos de tempo diferenciados dos ritmos caracteristicamente produtivistas que regem as sociedades urbano-industriais, os quais se pautam, fundamentalmente, numa temporalidade cronometrada e aritmetizada – no tempo da fábrica. Contrapor essas diferentes culturas, em sua lógica própria, focalizando, particularmente, as imagens, ritmos temporais, territorialidades e saberes patrimoniais das “sociedades tradicionais” e/ou originárias, significa pensarmos numa política de futuro na qual se inscreva o grande legado que tais sociedades detêm no trato com a natureza, com base em sua cosmovisão, práticas e expressões culturais próprias, para a construção de novas formas societárias, numa síntese histórica, de futuros inéditos.

Coordenadora: Lúcia Helena de Oliveira Cunha: Universidade Federal do Paraná (UFPR – BRASIL)

Carlos Galano: Universidad Nacional de Rosario - (UNR- ARGENTINA)

Carlos Walter Porto Gonçalves: Universidade Estadual do Rio de Janeiro - (UERJ- BRASIL)

Liliana Porto: Universidade Federal do Paraná - (UFPR-BRASIL)

Arturo Argueta: Universidad Nacional Autónoma de México - (UNAM-MÉXICO)

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

RESUMOS APROVADOS

MULTICULTURALISMO, TURISMO E COMUNIDADES TRADICIONAIS: CAMPOS DE COEXISTÊNCIA E VIVENCIALIDADE? (autor(es/as): **Isabel Jurema Grimm**)

Seringueiros do Acre - Imaginário e Paisagem Cultural (autor(es/as): Janaína Mourão Freire).

AS PAISAGENS CULTURAIS DO/NO ESPAÇO FESTIVO DA COMUNIDADE ENGENHO II EM CAVALCANTE – GOIÁS: UM OLHAR À LUZ DA GEOGRAFIA CULTURAL (autor(es/as): **JORGEANNY DE FATIMA RODRIGUES MOREIRA**)
RECONHECIMENTO DAS ICCAS (ÁREAS CONSERVADAS POR COMUNIDADES INDÍGENAS E LOCAIS) NAS POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL: DISCUSSÕES ATUAIS. (autor(es/as): **Luciene Cristina Risso**)

MR4.6. História e Literatura na América Latina

EMENTA

Na produção historiográfica recente, a literatura vem surgindo como uma fonte que oferece importantes recursos de análise da sociedade. Incorporada solidamente no conjunto de inovações de fontes, métodos e problemáticas que há algumas décadas transformaram a experiência da pesquisa histórica, a literatura está presente hoje numa pluralidade de estudos que pretendem compreender o intrincado universo das experiências mais subjetivas de homens e mulheres. Na América Latina a literatura tem ocupado importante papel no movimento da sociedade. Seja ela abordada desde o ponto de vista da materialidade do livro, da localização social do escritor, de suas “redes de interlocução”, bem como numa análise dos significados do texto, das representações da realidade que ele traz. Pensar a América Latina desde o ponto de vista dessa relação é a reflexão central que norteia o debate aqui proposto

Coordenadora: Ana Amélia de Moura C. de Melo: Universidade Federal do Ceará (UFC - BRASIL)

Tracy Devine Guzman: Duke University of Miami – (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA)

Soledad Falabella Luco: Universidad Diego Portales – (UDP - CHILE)

Adelaide Maria Gonçalves Pereira: Universidade Federal do Ceará – (UFC - BRASIL)

Ivone Cordeiro Barbosa: Universidade Federal do Ceará – (UFC - BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

Cartas de Nova York - José Martí Correspondente (autor(es/as): **Amanda Leite de Sampaio**)

O TURISTA APRENDIZ, DE MÁRIO DE ANDRADE VERSUS EL ZORRO DE ARRIBA Y EL ZORRO DE ABAJO, DE JOSÉ MARIA ARGUEDAS –

UMA APROXIMAÇÃO LITERÁRIA E SOCIOLÓGICA NO PANORAMA LATINO AMERICANO (autor(es/as): **CRISTIANO MELLO DE OLIVEIRA**)

O espaço da ficção na identidade em invenção e memória, de Lygia Fagundes Telles (autor(es/as): **Fernando de Moraes Gebra**)

Jorge Luis Borges e o Populismo Argentino (1946-1955) (autor(es/as): **Fernando de Moraes Gebra**)

Bahia 1860: o Brasil de Maximiliano (autor(es/as): **Flávia Silvestre Oliveira**)

OS INTELLECTUAIS E A NOVA ATENAS: Um estudo das representações nas obras dos literatos maranhenses no início da Primeira República (autor(es/as): **PATRICIA RAQUEL LOBATO DURANS**)

MR4.7. - Interculturalidade, Identidades e Arte Latinoamericana.

EMENTA

A mesa propõe-se a discutir as questões anunciadas, do ponto de vista da crítica de arte e dos artistas, aqui representados por Hector Guido (teatro) e Pavel Egúez (artes plásticas). A partir do enfoque das políticas de subjetivação e suas interfaces (Suely Rolnik) e da interculturalidade que se acentua na resistência da arte em tempos globais, observada, sobretudo, nas zonas transitórias (Ticio Escobar), quer desencadear o debate sobre os recursos críticos e expressivos que se manifestam na arte atual da nossa América, frente ao “esteticismo brando” regido pelos mercados globais, que desvia o capital simbólico e gera territórios homogeneizados

Coordenadora: Mariza Bertoli – Universidade de São Paulo – (USP – BRASIL)

Maria José Justino: Escola de Música e Belas Artes do Paraná - (EMBAP-PR - BRASIL)

Ticio Escobar: Ministro da Cultura do Paraguai - (PARAGUAY)

Hector Guido: Diretor de Cultura de Montevideú - (URUGUAI)

Gustavo Pavel Egúez: Artista Plástico - (EQUADOR)

RESUMOS APROVADOS

Entre balas e belas - Comunicação e Moda nas favelas cariocas (autor(es/as): **Alexandra Santo Anastacio**)

PAISAGENS CULTURAIS E FRONTEIRAS (autor(es/as): **Beatriz Helena Furlanetto**)

INDÍGENAS: ENTRE REPRESENTAÇÕES E DISCURSOS (autor(es/as): **Eder Augusto Gurski**)

DE LA CULTURA ORAL A LA DIGITAL: SABERES, MEMORIAS Y NARRATIVAS EN LA TRANSCULTURA. PERSPECTIVAS DESDE LA UNIVERSIDAD INDÍGENA DE VENEZUELA (autor(es/as): **Fabiana Anciutti Orreda**)

O ATOR E O GRUPO: DISCURSOS SOBRE O TEATRO FEITO NA UNIVERSIDADE (autor(es/as): **JEAN CARLOS GONÇALVES**)

FESTAS POPULARES E SUAS REPRESENTAÇÕES IMAGÉTICAS: LUGAR DE PROMOÇÃO DO PERTENCIMENTO E VALORIZAÇÃO DAS CULTURAS SUBALTERNAS. (autor(es/as): **Katia Maria Roberto de Oliveira Kodama**)

ASPECTOS DA ECONOMIA CRIATIVA NO MERCOSUL A Indústria Fonográfica como fator de aproximação entre Brasil e Argentina (2003 – 2011) (autor(es/as): **marcello de souza Freitas**)

SUSTENTABILIDADE CULTURAL: MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E DIFUSÃO DE PEQUENOS ACERVOS - RELATO DE EXPERIÊNCIA

(autor(es/as): **Rafael Schultz Myczkowski**)

FALA JUVENTUDE! UM ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE JUVENTUDE, CULTURA E LAZER (autor(es/as): Sandra Rangel de Souza)

O Autorretrato Ampliado (autor(es/as): **Terezinha Pacheco dos Santos Lima**)

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil



DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E SUA INTERFACE NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO MUNICÍPIO DE ROSANA-SP

Clediane Nascimento Santos
Rosângela Custodio Cortez Thomaz

RESUMO

Este artigo irá abordar, através de estudo bibliográfico e de uma abordagem crítica sobre a criação do Território da Cidadania no Pontal do Paranapanema, com o propósito de entender sua organização no espaço. Tentando apontar saídas para a valorização dos aspectos culturais por meio da potencialidade turística local. Para isto foi efetuado uma leitura dos relatórios de execução dos Territórios da Cidadania, para compreender suas principais ações neste espaço. Os principais resultados são os recursos e fluxo existentes para o turismo técnico-científico nas duas usinas hidrelétricas localizadas no município, com base nas áreas naturais, como o turismo de pesca, e a partir da iniciativa dos assentados em desenvolver o turismo no espaço rural, aproveitando a criação do território da cidadania como ação para o desenvolvimento territorial. Conclui-se que o espaço rural tem potencialidade para incorporar um roteiro de visitação turística, aproveitando os fluxos de visitantes nas duas usinas hidrelétricas, e no turismo de pesca que acontece no rio Paraná. E percebe-se que um dos caminhos para se concretizar seria por meio do território da cidadania, pois há algumas ações que contemplam o turismo no espaço e ações de valorização da cultura. A autora Clediane Nascimento Santos é Mestranda e Bolsista FAPESP do curso de Pós Graduação em Geografia da UNESP – Univ. Estadual Paulista, Presidente Prudente. Bacharel em Turismo pela UNESP Campus de Rosana, Membro Grupo de Estudos e Pesquisa em Turismo no Espaço Rural – GEPTER. Atuando principalmente no que tange o estudo de cultura, geografia da cultura, cultura popular, turismo no espaço rural. As publicações mais recentes das autoras foram: - V Fórum Internacional de Turismo do Iguassu/ Foz do Iguaçu-PR com o artigo “O desenvolvimento do Turismo no espaço rural como alternativa de valorização da Cultura Popular do município de Rosana-SP” (2011); - VII ENECULT (Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura)/ Salvador - BA com o artigo “Estudo de políticas públicas culturais para as festividades dos assentamentos rurais de Rosana/SP” (2011), - IX ENANPEGE/Goiânia-GO com a publicação do artigo “Políticas públicas para as culturas populares nos assentamentos de reforma agrária do município de Rosana-SP: Gleba XV de Novembro e Nova Pontal” (2011); VI Simpósio de Turismo Sertanejo e I Congresso Nacional de Turismo Comunitário (2012) com aceite para publicação de capítulo de livro do artigo “Turismo: flanco para o desenvolvimento rural no município de Rosana-SP” (julho de 2012), além de aceites de publicação de artigo no 5º Congresso Latino Americano de Investigação Turística (2012); E-mail: cledianenascimento@yahoo.com.br. Professora Rosângela Custodio Cortez Thomaz, Orientadora. Coordenadora Executiva da UNESP – Univ. Estadual Paulista, Rosana/SP. Possui licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP (1987), bacharelado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1988), mestrado em Arqueologia pela Universidade de São Paulo - USP (1995), doutorado em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (2002) e Pós-Doutorado em Turismo pela Universidade de Santiago de Compostela, USC, Espanha (2005). Atualmente é professor assistente doutor do Curso de graduação em Turismo (Campus de Rosana) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (Campus de Presidente Prudente) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Tem experiência na área de geografia, arqueologia e Turismo, atuando principalmente nos seguintes temas: geografia do turismo, turismo arqueológico, turismo rural, desenvolvimento regional. Outras publicações dela são: - Revista *Scripta Nova* com o artigo “O turismo cultural rural como alternativa de desenvolvimento local”; - X Encontro Nacional de Turismo com Base Local, João Pessoa/PB “ Turismo rural na agricultura familiar: um cenário em potencial no Assentamento Nova do Pontal/SP”; - *VII Congresso latino-Americano de Sociologia Rural*, Quito: Lasco “O turismo no meio rural como alternativa de desenvolvimento local no Pontal do Paranapanema”; - *III Congreso Virtual de Turismo Cultural* com o artigo “A revalorização e o uso do patrimônio arqueológico como estratégia para o desenvolvimento do turismo rural e cultural na Galicia”; - *Encontro Nacional de Turismo Cultural Ríos Gallegos - Patagonia e da II Región Patagónica – Itinerarios Culturales Patagónicos*, Santa Cruz “ O Patrimônio como recurso. Os



A área do Pontal do Paranapanema era uma antiga posse de terra denominada Fazenda Pirapó-Santo Anastácio (Leite, 1998). A aquisição dessa fazenda foi feita em maio de 1856 por Antonio José Gouveia, que se denominava morador de tal propriedade desde 1848. Embora fosse ilegal, devido a posse ter ocorrido após a criação da lei, o fazendeiro obteve a terra. O mesmo ocorre com a posse da Fazenda Boa Esperança do Água Pehy, com a posse de José Teodoro de Souza. Ao longo do tempo, tentaram legitimar a terra de Teodoro de Souza, mas foi negado o pedido, pois as autoridades da época acharam muitos erros e informações falsas. Contudo, ao recorrer ao ministro da agricultura, o fazendeiro obteve a posse. Apesar da aquisição das terras pelos dois fazendeiros mencionados, estes não se preocuparam em legitimar sua posse e já começaram a lotear a terra.

Nesse contexto, o contingente de São Paulo e Minas Gerais, não sabendo da posse ou propositalmente, acharam que essas terras eram devolutas e aqui se instalaram, iniciando o processo de grilagem na região (Leite, 1998).

No início do século XX, os conflitos na região aumentaram devido à expansão da ferrovia, pois as pessoas aproveitaram esse momento para vir estabelecerem o cultivo do café nas proximidades da ferrovia. Assim, surgiram os povoados.

Mesmo com as declarações de ilegalidade das terras da Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, nos anos de 1923, 1934 e 1936, as vendas e loteamentos de terrenos continuaram. Dessa forma, apesar dos intentos e conflitos entre posseiros, grileiros e fazendeiros, nos meados da década de 1950, a empresa Estrada de Ferro Sorocabana decidiu instalar um ramal ferroviário saindo de Presidente Prudente até as margens do rio Paraná, e depois até Dourados (Leite, 1998).

O século XX é marcado pelas disputas de terra na região do Pontal, que eram quase sempre violentas. Alguns tinham jagunços contratados para proteger a terra da invasão de outros posseiros e grileiros. Estas irregularidades não atrapalharam a instalação e o crescimento de povoados, principalmente porque estavam enraizados ao cultivo do café e à ferrovia para escoar este produto (Ferrante; Barone; Bergamasco, 2005).

A empresa Camargo Correia foi selecionada para fazer a obra e, portanto, adquire vários lotes de terras cujo título está atrelado à Fazenda Pirapó-Santo Anastácio, e no ponto final criam um povoado que denominaram Rosana. Este nome é fruto de uma homenagem à filha de Sebastião Camargo. Com isso, a Imobiliária e Colonizadora Camargo Correia, Ribeiro S.A, inicia o loteamento das terras. Rosana, desse modo, aos poucos vai sendo construída. A princípio, foi denominada distrito do município de Teodoro



Sampaio, pela Lei nº 8092, de 28 de fevereiro de 1964, no qual toda a administração era gerada neste município (Leite, 1998).

A região também destacou-se pela expansão da pecuária, principal atividade na região, identificada com o gado nelore mocho. Com isso, houve uma degradação maior no meio ambiente, significativa concentração fundiária, diminuição da população rural, e fluxos de pessoas a centros urbanos em busca de emprego (Secretaria do Meio Ambiente, 1999).

Na década de 1970, com a instalação de duas usinas hidrelétrica da Cesp no município de Rosana, há um maior número de pessoas na localidade (Leite, 1998). As construções das duas usinas, Rosana e Engenheiro Sérgio Motta, empregaram, segundo dados da Secretaria do Meio Ambiente (São Paulo, 1999), um número muito grande de trabalhadores na obra, o que agravou a questão social na região, pois vieram pessoas de outras localidades e as desacelerações na construção deixaram muitos trabalhadores desempregados, acarretando o fortalecimento da questão agrária na localidade, com invasões de terras a partir da década de 1980, com a colaboração e atuação de movimentos sociais de luta pela posse da terra como, por exemplo: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST), Esperança Viva no município de Mirante, entre outros.

Na análise de Sérgio Leite et al. (2004), os assentamentos correspondem a uma conjuntura específica que pode ser retratada como uma regularização fundiária por parte do governo, regularização da posse para as pessoas que já ocuparam a área por muito tempo, como os posseiros, rendeiros ou agregados, terras ocupadas por movimentos sociais, seringueiros, usinas desativadas.

Nesta visão, o assentamento é considerado uma atuação do governo para resolver os problemas sociais, como é o caso da reforma agrária, a tanto tempo questionada e reivindicada no território nacional. Assim, fica implícito que o governo tem responsabilidade a cumprir nesta questão, ou seja, qualquer desculpa dada só vem a justificar e reafirmar a necessidade de movimentos pela luta da terra, ante a demora e o descaso público.

A criação de um assentamento pressupõe, de acordo com a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” (ITESP), órgão responsável pelo cadastramento dos assentados e apoio técnico, uma junção de forças políticas para sugerir diretrizes que resolvam a questão fundiária no Brasil; A questão fundiária não será resolvida se não tiver uma presença massiva por parte dos interessados pela posse da terra para cobrar do governo que ele cumpra seu papel (Fundação Itesp, 1998).



A região do Pontal do Paranapanema possui uma área equivalente a 1,2 milhões de hectares de terra, sendo a maior parte desta terra composta por terras devolutas ou improdutivas, que foram ocupadas irregularmente, por meio de processos de grilagem que expulsaram indígenas da área, corromperam e subornaram autoridades em favor de benefícios políticos (Fundação Itesp, 2000).

Nesse contexto, são implantados no município de Rosana alguns assentamentos. São quatro assentamentos originários ou reflexos desse processo conflituoso, com a participação e atuação de movimentos sociais como, por exemplo, o MST (Movimento dos Sem-Terra) na luta pela posse da terra. Tais assentamentos são: Gleba XV de Novembro, Nova Pontal, Bonanza e Porto Maria. Contudo, serão abordados somente o primeiro e o segundo, respectivamente, pois os dois já foram diagnosticados anteriormente com potencialidade para a atividade de turismo no espaço rural em outros trabalhos acadêmicos da UNESP Campus de Rosana/SP.

O assentamento Gleba XV de Novembro, criado em 1984, contando a princípio com de 571 lotes com uma área de 13.311 hectares, abrange os municípios de Rosana e Euclides da Cunha. Em Rosana, estão localizados 438 lotes. Possui uma área para agricultura de 10.688 hectares. Este assentamento é distribuído em seis setores, sendo quatro localizados em Rosana, tais como setor I, II, III e VI; e os demais localizados em Euclides da Cunha como, por exemplo, IV e V. (Iokoi et al., 2005; Ramiro, 2008).

O assentamento Nova do Pontal está localizado no município de Rosana, com aproximadamente 122 famílias, abrangendo uma área de 2.786 hectares de terra. Possui grande capacidade hídrica, pois está próximo ao rio Paranapanema, que foi aproveitado para a construção do reservatório da Usina Hidrelétrica de Rosana. O assentamento é favorecido, também, pelos ribeirões Água-amarela, Cachoeirinha e Areia Branca (Ramiro, 2008).

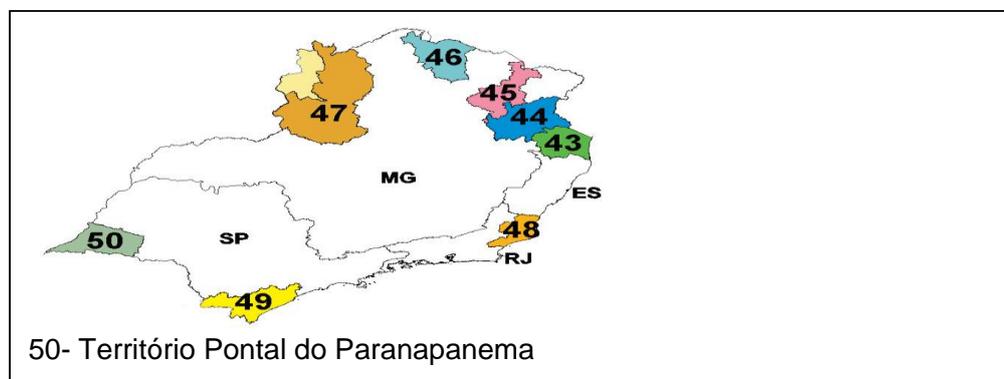
Tudo começou em julho de 1990, com a ocupação de mais de 1500 pessoas, em comunhão com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na fazenda Nova Pontal, propriedade da empresa Timboril Agropecuária Ltda. Após a regularização da área, fizeram a primeira ata, em 29 de Outubro de 1998, dividindo a área entre as famílias dos grupos: ex-funcionários, Sindicato dos Trabalhadores rurais de Rosana, MST, e Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST). Os ex-funcionários puderam escolher o local para residir, ficando sete lotes próximos a estrada de acesso ao assentamento, ao lado direito, e outros três lotes ao redor do barracão, ocorrendo a distribuição no primeiro dia (Ramiro, 2008).

Cabe destacar que a formação dos assentamentos Gleba XV de Novembro e Nova Pontal constituem uma somatória de riqueza cultural, pois cada um possui um modo de vida, costumes e festividades. Esta singularidade é que torna possível o estudo dos aspectos culturais inerentes a estes espaços, bem como as ações que envolvem o Programa Território da Cidadania no que tange o incentivo cultural nessas localidades e sua possível contribuição no desenvolvimento do turismo neste espaço.

O uso do espaço territorial de Rosana tem a partir de 1984, um marco quando são criados os assentamentos de reforma agrária, e recentemente com o intuito de minimizar as disparidades de desenvolvimento envolvendo o urbano e o rural é lançado o Território da Cidadania, no qual o Pontal do Paranapanema foi beneficiado para ser um destes territórios.

Os Territórios da Cidadania foram criados com o objetivo de: superar a pobreza por meio da criação de emprego e renda; inclusão social; acessibilidade a programas de infraestrutura básica; elaboração e integração de políticas públicas; e incentivo a participação social (Decreto, 2008).

Figura 02 - Localização dos Territórios da Cidadania no Estado de São Paulo



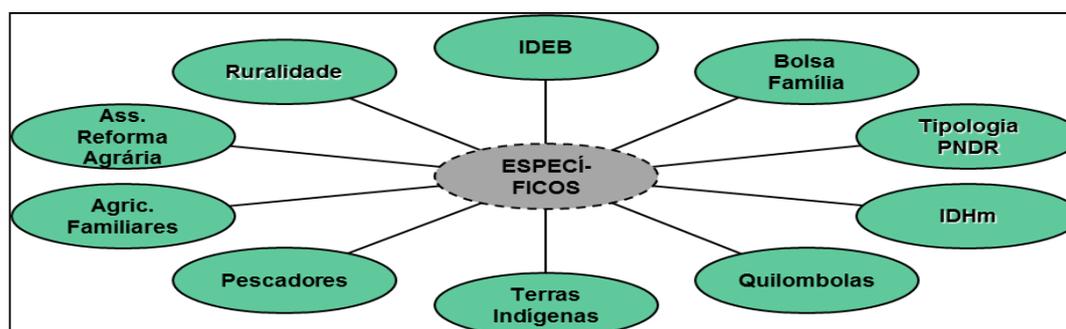
Fonte: www.territoriosdacidadania.gov.br

Assim a organização, apropriação e uso deste território está sedimentado nas práticas e nos modos de vida dos assentados, que lutam para superar as dificuldades inerentes a produção agropecuária, a de acesso a linhas de créditos e financiamento, e discriminação atrelado ao fato de serem assentamentos rurais. Assim as práticas sociais diferenciadas se fazem necessários para a sobrevivência dos assentados e dos aspectos culturais.

O referido documento trata também sobre como se deu o processo de incorporação dos municípios para fazerem parte do Programa Territórios da Cidadania os critérios gerais e específicos utilizados foram: fazer parte do Programa Desenvolvimento

Sustentável de Territórios Rurais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário; possuir menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH territorial; ter uma maior quantidade de beneficiários do Programa Bolsa Família; possuir a maior concentração de agricultores familiares e assentados da reforma agrária; ter baixo desenvolvimento econômico; ter maior quantidade de municípios com menor IDEB - Índice de Desenvolvimento de Educação Básica; entre outros.

Figura 02- Resumo dos principais critérios de seleção para o Território da Cidadania



Fonte: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/xowiki/portlets/territorios/pages/folder-chunk>.

A CULTURA COMO USO ALTERNATIVO DO TERRITÓRIO

A cultura pode ser a porta de entrada para a criação de múltiplos territórios. É uma das formas mais belas do ser humano demonstrar suas criações, identidades, aprofundar seus costumes, guardar suas tradições. Transmitir saberes, conhecimentos, modos de vidas, entre outras coisas.

Para Thompson (1998) a cultura pode ser entendida como:

“um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um “sistema”. E na verdade o próprio termo “cultura”, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das futuras e oposições existentes dentro do conjunto” (Thompson, 1998, p. 17).

Partindo de uma perspectiva de desenvolvimento territorial, a inserção da atividade turística, tendo como fundamento os aspectos culturais de uma comunidade de assentados, pode ser traduzida em recurso para o fomento da atividade, pois compreende



um modo de vida singular que mostra as contradições sociais existentes no espaço rural, bem como pela presença de elementos paisagísticos naturais que molda este território.

Segundo Claval (2007) a cultura se confunde com as construções das próprias sociedades, pois suas raízes estão imersas na história, no qual reúne e comungam os mesmos símbolos, alianças, os mesmos hábitos alimentares, vestimentas, entre outros elementos.

São esses traços distintos que formam os territórios materializados nas áreas físicas do globo terrestre, ou imaterial, aquele presente nas dimensões intelectuais, nos pensamentos. Esses duas dimensões são intrínsecos a própria noção de território.

Para Fernandes (2008, p. 03) a “indissociabilidade é uma palavra chave porque une os sistemas de objetos e os sistemas de ações de modo contraditório e solidário expresso pelas conflitualidades geradas pelas diferentes intencionalidades”. Dessa forma, a cultura como uma das dimensões do território, é pouco abordada. É mais comum ouvir das disputas por território pelos Movimentos dos Sem Terra, movimento indígena, movimento dos quilombolas, etc. A cultura é considerada sim uma dimensão do território, mas de um território imaterial por ter como trunfo a disputa pelo território que se faz presente nas relações sociais, pensamentos como segue citação abaixo de Fernandes (2008, p.08) no qual considera o território como plural, existindo os territórios materiais e imateriais.

“O território material são formados no espaço físico e os imateriais no espaço social a partir das relações sociais por meio de pensamentos, conceitos, teorias e ideologias. Territórios materiais e imateriais são indissociáveis, porque um não existe sem o outro e estão vinculados pela intencionalidade. A construção do território material é resultado de uma relação de poder que é sustentada pelo território imaterial como conhecimento, teoria e ou ideologia”.

De acordo com Fernandes (2005, p.6) é essa conflitualidade, essa disputa que transforma o espaço em território, pois há um:

“[...] estado permanente de conflitos no enfiamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios. [...] Os territórios se movimentam também pela conflitualidade. O território é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência. Por essa razão, carrega em si sua identidade, que expressa sua territorialidade”.

Para Santos (2002) o território é onde o ser humano se realiza enquanto indivíduo e enquanto ser social. No qual seus relacionamentos, sonhos, seus poderes, suas ideologias se fortalecem. É nesse território que o homem entrelaça a sua existência e se



fixa em seu pedaço de chão. Dessa forma, pode se dizer, que o assentamento Gleba XV de Novembro e o Nova do Pontal surgiram como um movimentos socioterritoriais, como ação de fortalecimento dos trabalhadores rurais em busca de terra, e melhores condições de vida.

Assim, os movimentos de luta, ou os movimentos sociais tem ganhado destaque na formatação de um novo cenário. Um jeito diferente de se organizar uma sociedade, como por exemplo, o movimento dos zapatistas identificados na luta camponesa da comunidade de Chiapas, os trabalhadores rurais brasileiros em busca da democratização e acesso as terras, trabalho e alimento. Não importa a nacionalidade, e ressalvas as exceções feitas para as suas diferentes formas de atuação e ideologias, ambos os movimentos lutam contra as consequências excludentes do sistema econômico vigente.

A noção do que venha ser movimento social, é crucial para entender as lógicas das formações dos territórios como local de coletividade, arranjos culturais e identitários. Dessa forma, Castells nos explica que movimento social:

“são ações coletivas com um determinado propósito cujo resultado, tanto em caso de sucesso como de fracasso, transforma os valores e instituições da sociedade. Considerando que não há percepção de história alheia à história que percebemos, *do ponto de vista analítico*, não existem movimentos sociais “bons” ou “maus”, progressistas ou retrógrados. São eles reflexos do que somos, caminhos de nossa transformação, uma vez que a transformação pode levar a uma gama variada de paraísos, de infernos ou de infernos paradisíacos. Não se trata de observação meramente incidental, visto que os processos de transformação social em nosso mundo não raro tomam forma de fanatismo e violência que não costumamos associar à mudança social positiva. Não obstante a tudo isso, esse é o nosso mundo, isto somos nós, em nossa contraditória pluralidade, e isto é que temos de compreender, se for absolutamente necessário enfrenta-lo e supera-lo”(Castells, 2001, p. 20).

Assim, os movimentos sociais de identidade ou identitários, na medida em que lutam para manterem suas tradições e suas ideologias. Para Gohn (2008) as principais características desses movimentos são: a luta por direitos sociais, econômicos, políticos e culturais. Geralmente são grupos excluídos, marginalizados, em sua maioria, oriundos das classes sociais populares, formados por indivíduos na sua maioria do sexo feminino, negros, indígenas, imigrantes, ou de grupos com pertencimentos identitários coletivos (falam a mesma língua, religião, estilo musical), entre outros, esses formam o primeiro agrupamento denominado de movimento social. O segundo agrupamento está relacionado com os movimentos de luta por melhores condições de vida e de trabalho, podendo ser no espaço urbano e/ou no rural, tendo como as principais reivindicações a



acessibilidade e melhores condições para terra, moradia, alimentação, educação, saúde, transportes.

Alguns destes movimentos articulam-se bem, formando redes compostas de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra no Brasil - MST e a Via Campesina. Com ações fortemente e violentamente reprimidas em âmbito nacional, além das criminalizações e manipulações da imagem do movimento na mídia de forma deturpada e preconceituosa.

Este breve esboço do cenário do movimento social brasileiro, com exemplificação latino-americana, demonstram a importância do tema na atualidade, pois além das lutas por mudanças e melhores condições de vida para a sobrevivência das famílias, podem ser acrescentados os aspectos culturais que de uma forma ou de outra, perpassam a questão ideologia dos movimentos em escala local, regional, e nacional.

Para Giddens (1991 como citado em Castells, 2001, p. 22-23) a identidade pode ser entendida como:

“o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o (s) qual (is) prevalecem (m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social. [...] Identidades, por sua vez, constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individualização”.

A identidade de resistência são criações de indivíduos que se encontram em situação desfavorecida, ou estigmatizada, estereotipada, prisioneiro de algum sistema dominador, no qual seu arcabouço é a criação de um sistema ou mecanismo diferente que lhe possibilite a sobrevivência por meio da resistência (Castells, 2001).

Com os movimentos sociais que luta pela democratização das terras e exige a reforma agrária, temos um bom exemplo de resistência aos moldes dominantes políticos e ideológicos. Agora não basta apenas ter a reforma agrária. É necessário que ela aconteça, mas que a conjuntura também mude, para que os pequenos agricultores ou camponeses tenham incentivo a produção por meio de acesso a linhas de financiamento, que as crianças e jovens tenham uma boa educação, tenham bom sistema de saúde, lazer, enfim, que essa luta e resistência tenha como vitória a qualidade de vida nos espaços rurais brasileiro.

O debate acerca da reforma agrária como política de reestruturação espacial das sociedades tem sido recolocado, mediante as atuações dos movimentos sociais. É uma questão polêmica, pois há uma forte presença dos grandes latifundiários e monocultores



globais no país que não querem que a reforma agrária aconteça, principalmente na região do Pontal do Paranapanema, pelos motivos já assinalados no histórico da ocupação de terras referendado na introdução deste trabalho.

Sem dúvida, trata-se de questão polêmica e conflituosa, que na ponta de uma corda se tem os representantes do favoritismo rural, os latifundiários da cana de açúcar, da laranja, soja, dominadores do território e na outra ponta os pequenos produtores rurais da agricultura brasileira, os assentados de reforma agrária. Nesse jogo de forças, sem sombras de dúvidas, o resultado já se sabe de antemão, pois o que está em disputa é a expansão do modelo agrícola vigente no país em detrimento da sobrevivência dos pequenos produtores. Este modelo que expropria os camponeses em detrimento da grande propriedade. Para os grandes monocultores, a questão é que a reforma agrária não seria vantajoso pois não ocasionaria benefícios para a sociedade brasileira, logo que o sistema produtivo já estaria com um sistema plenamente modernizado de produção em grande escala. Já que os pequenos produtores fariam o trabalho em escala local, como se fosse trabalho de formiguinha. Já que não teria todo o aparato tecnológico e econômico que os grandes produtores tem.

Nessa conjuntura a agricultura modernizada, é a bola da vez, em detrimento da expropriação da pequena produção familiar rural. Há um incentivo de política de apoio à agricultura monocultora de grande escala, para que aumente sua produção. E contra essa linha de pensamento é que os movimentos sociais de luta pela terra tem atuado, no sentido de reivindicar dos setores públicos políticas que consiste na liberalização de financiamento e estímulo produtivo ao pequeno produtor, pois é dele o alimento que vai para a mesa do brasileiro, logo que a produção monocultora é voltada á exportação; incentivo a produção orgânica com a ausência de agrotóxico e contra a liberação da produção de produtos alimentícios geneticamente modificados (transgênicos); criação de rede de distribuição, na tentativa de obter lucro, e com o intuito de eliminar os atravessadores que adquirem o produto mais barato nas propriedades rurais e revende com preço muito superior; entre outros. O problema brasileiro é a falta de políticas públicas que valorize os pequenos produtores.

Para Oliveira (2002), outro problema enfrentado no espaço rural brasileiro é a diferenciação entre rural e urbano. Para ele essa dicotomia rural-urbana, que trata o rural como oposto do urbano, tendo como base as atividades produtivas ou a baixa densidade populacional não é mais significativo. A dicotomia rural e urbana tende a atrapalhar o desenvolvimento territorial rural, pois o rural sempre será identificado com o agrícola, o lugar atrasado e o urbano com o industrial, serviços e desenvolvimento tecnológico. Na



realidade essa idéia de rural com essa conotação acontece no país devido a reflexos de elaboração e implantação das políticas públicas voltadas para o rural.

Na União Européia, como mostra o autor acima, houve uma evolução das políticas públicas de desenvolvimento rural na União Européia. O Programa LEADER é um dos exemplos de políticas de desenvolvimento rural que leva em consideração as peculiaridades locais, as condições econômicas, sociais, culturais, institucionais dos territórios, e a participação dos agentes locais beneficiários diretos das políticas. É um programa de intervenção com enfoque local em áreas rurais (Oliveira, 2002).

No Brasil, um exemplo de política de desenvolvimento rural é o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). É um programa de intervenção pública que tem como propósito a inclusão e a participação dos produtores rurais, beneficiários do programa (Oliveira, 2002). Seria uma alternativa na elaboração e implementação de política para o meio rural, com intuito de superar as dicotomias rural – urbano. No entanto não tanto eficiente para derrubar as barreiras latentes entre o pequeno produtor, o camponês e o grande monocultor, produtor para exportação. Além da acessibilidade ao programa. Percebe-se que o atrasado não é o rural, são as políticas públicas que são capengas e não chegaram ao espaço rural com a mesma força e veemência que no urbano brasileiro.

Por isso que para Tuan (2005) ao contrário do pensam muitos o rural demonstra paisagem de medo, e de dor, se pensarmos no que há por detrás das paisagens pitorescas e vida sadia ao ar livre, e nos atentamos para as ausências de políticas públicas no campo, para a esmagante perpetuação e expansão monocultora em detrimento dos pequenos produtores, quando relata que:

“A zona rural quase sempre exala um ar de inocência. Até as cabanas abandonadas podem parecer pitorescas. Se da janela de nosso carro chegamos a avistar as costas curvadas de homens, mulheres e crianças colhendo tomate no campo, nossa reação imediata provavelmente é a ‘vida sadia do trabalho ao ar livre’ em vez de ‘opressão, dor e medo” (Tuan, 2005, p.230).

Assim os usos deste território rural do município de Rosana/SP, está muito aquém das perspectivas de desenvolvimento territorial desejável. É por este motivo que a região do Pontal do Paranapanema foi escolhida para ser um Território da Cidadania, com o intuito de superar as dificuldades sociais, políticas e econômicas. Também por este motivo que os assentados veem na atividade do turismo rural uma prática diferenciada de



apropriação do espaço, que poderá contribuir para minimizar algumas das dificuldades e colaborar para a complementação da renda familiar.

O espaço rural globalmente já está se adaptando a novas funcionalidades que o mundo globalizado impõe às nações e territórios. A inserção de novas atividades no espaço rural é uma possibilidade para o desenvolvimento de várias localidades, sem que seus moradores tenham que sair para centros urbanos em busca de melhores condições de vida. No caso brasileiro, ainda é recente o uso e as práticas de apropriação diferenciada do espaço rural por meio da atividade turística.

Segundo Bricalli (2005), a partir de meados de 1990, o espaço rural nacional passou por transformações econômicas, sociais, ambientais, culturais e políticas, principalmente na introdução de novas modalidades não-agrícolas. Estas mudanças incidiram favoravelmente para que se olhasse para o campo de forma diferente, e se pensasse em outras formas de sobrevivência e incidências das famílias camponesas.

De acordo com as Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil do Ministério do Turismo (Brasil, 2003) o turismo rural é definido como o conjunto de atividade turística desenvolvida no meio rural cuja produção agropecuária continua a existir e o turismo no espaço rural vem agregar valor à produção e ao serviço local, ao mesmo tempo em que promove a valorização do patrimônio histórico, cultural e natural da comunidade.

Temos alguns exemplos de assentamentos rurais de reforma agrária que tem no turismo uma fonte de renda e geração de emprego local, como por exemplo, o assentamento Prainha do Canto Verde no Ceará e o assentamento Coqueirinho em Fortim/CE. A prática de turismo de base comunitária é um novo jeito para se desenvolver o turismo no espaço rural. Tendo como diretriz a tomada de decisão por e pela comunidade. Podem ser mencionados também como exemplo de novas formas de relação de atividades no campo, a Cooperativa Agropecuária Vitória (COPAVI) localizado em Paranacity, no estado do Paraná. É um caso também de assentamentos rurais, que aproveitam sua história e seu modo de vida como produtos turísticos, e recebem visitantes que participam das atividades agropecuárias.

Como tudo na vida requer planejamento, a prática do turismo não pode escapar a essa verdade. O ato de planejar a inserção da atividade turística é de suma importância para o sucesso e eficácia da atividade, a fim de contribuir para o desenvolvimento territorial responsável.

Se o planejamento for meramente um ponto facultativo na prática do turismo, vai acontecer um encantamento num primeiro instante da comunidade local com o turista e



depois por consequência da falta de planejamento que contemple os impactos do turismo haverá um desencantamento e até mesmo a hostilidade entre comunidade receptora e turista conforme salienta Claval abaixo:

“O encurtamento do mundo, que se acentua sob nossos olhos, multiplica os contatos e os choques culturais. O turismo internacional desenvolve-se: coloca em relação povos os mais diferentes, os mais desenvolvidos com aqueles que permaneceram atrasados; faz compreender aos desprovidos o que é a abundância e populariza novas atitudes de consumo. Multiplica as tensões na medida em que certos comportamentos aparecem como agressões contra os valores locais ou nacionais. Os turistas devem desfrutar o sol, as praias e o sexo. Sua nudez exposta e seu impudor provocam reações de desejo e de rejeição. Nos países mediterrâneos e tropicais, as culturas tradicionais eram puritanas por certos traços de suas ideologias, mesmo se os comportamentos eram frequentemente mais livres. É em nome dos princípios que não eram sempre respeitados que o estrangeiro é condenado” (Claval, 2007, p.407).

Para que não haja a transformação indesejada da paisagem que o planejamento se faz necessário. Pois é a paisagem, seja ela materializada nos aspectos naturais, ou seja, representada nos aspectos culturais de uma comunidade, é ela o carro chefe que atrai os turistas e visitantes e fará com que dê certo o turismo.

Assim, a paisagem, para alguns geógrafos é percebida como a expressão materializada das relações do homem com a natureza num espaço delimitado. Para muitos, a paisagem estava atrelada apenas ao limite visual (Suertegaray, 2001). Contudo, percebe-se que a paisagem pode compreender outro universo, como por exemplo, o jogo de poder, a identidade, a questão do gênero, entre outros aspectos, que vão além daquilo que o olhar consegue captar.

A paisagem como conceito, pode ser percebida do ponto de vista operacional, no qual é possível analisar o espaço geográfico sob uma dimensão, seja ela por meio de elementos naturais e tecnicados, sócio-econômicos e culturais. A paisagem pode ser analisada como a materialidade da existência humana e social. Com a permanência de elementos naturais, ou até mesmo modificados, também chamado de natureza artificializada. Dessa forma, o conceito de paisagem traz consigo a coexistência de aspectos sejam eles sociais, econômicos ou culturais (Suertegaray, 2001).

Assim, conceber a paisagem é tentar conhecer suas nuances e dissabores. É desvendar o que há nas entrelinhas da história, que ainda não foi revelada. É conhecer por meio da observação, dos sentidos humanos as formas que uma sociedade impôs na paisagem: a sua tecnologia, a sua marca, a sua identidade, os seus medos e suas dores.

O turismo, valendo das singularidades paisagísticas regionais, reafirma-se enquanto alternativa que convém seja trabalhada como instrumento favorável à ampliação



dos horizontes do saber e das oportunidades de fazer da sociedade, promovendo o desenvolvimento territorial e minimizando as disparidades encontradas neste Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema.

Com isso, as manifestações culturais, os saberes-fazeres produzidos historicamente pelo homem, incluindo os modos de vida, a sabedoria popular, as ervas medicinais, os costumes, serão valorizados numa escala local e regional, além da salvaguarda destes recursos culturais.

Para Almeida (2007, p. 151), um recurso cultural pode ser compreendido como todo o “fazer humano, incluindo os bens materiais e os bens imateriais e que representa a cultura das classes mais abastadas e também a cultura dos menos favorecidos”. Este patrimônio é composto não apenas dos monumentos históricos relacionados a realeza, mas é composto por “conjunto de bens materiais, hábitos, usos, costumes, crenças e forma de vida cotidiana de todos segmentos que compuseram e compõem as sociedades”.

Numa perspectiva de desenvolvimento territorial por meio do turismo, em consonância com o Programa Territórios da Cidadania, a identificação de um recurso cultural com potencialidade para o turismo é de vital importância para incrementar o turismo em uma determinada localidade.

Deve-se atentar para o fato de que nem todo o território possui potencialidade em produtos culturais, e também que nem toda potencialidade cultural deve ser convergida para a atividade turística, para que seja modificada apenas em nome do turismo e o desenvolvimento local.

Para o turismo, as relações de espaço e lugar, principalmente a experiência que os visitantes tem com o lugar é que vai diagnosticar o sucesso ou o fracasso. O turismo se faz de experiências. É aquilo que foi experienciado, vivenciado que fará a diferença.

Para Tuan (1983, p. 6) a experiência se identifica com o lugar, pois:

“Na experiência, o significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar. “Espaço” é mais abstrato do que “lugar”. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. Os arquitetos falam sobre as qualidades espaciais do lugar; podem igualmente falar das qualidades locais do espaço. As idéias de “espaço” e “lugar” não podem ser definidas uma sem a outra. A partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplitude, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice-versa. Além disso, se pensamos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar”.



Aquilo que vivenciamos, conhecemos, experimentamos, é feita na maioria das vezes por meios de símbolos, dos sentidos humanos, que envolve múltiplas maneiras de uma pessoa conhecer e constrói a sua realidade (Tuan, 1983). Estes símbolos ajudarão na inserção do indivíduo na sociedade, contribuindo para a organização da vida coletiva. A título de exemplificação, observa-se que as festas realizadas nos assentamentos Gleba XV de Novembro e Nova do Pontal, no município de Rosana-SP, acontecem durante o período noturno pelo fato de que no período diurno ser reservado aos diversos trabalhos desenvolvidos no campo, tais como a ordenha da vaca, o cuidado com a lavoura e o trato com os animais. Por esses motivos, as festividades ocorrem em outros períodos e têm motivos diversos, seja para comemorar uma grande venda, de uma farta colheita ou para homenagear uma comunidade em que predomina o cultivo de um produto comum, ou os santos padroeiros.

Essa maneira de relacionar cultura, como forma de patrimônio e construção paisagística leva à indagação de que a cultura sempre será concebida de forma diferente, mesmo dentro de um mesmo território. Por isso, não são cabíveis as comparações de uma cultura em detrimento a outra. Vale apenas tomar como exemplo as comparações feitas entre a cultura urbana e a cultura rural em que, na maioria das vezes, a rural é pontuada como arcaica e obsoleta. Nesse sentido, a atuação do Programa Território da Cidadania viria a contribuir na valorização e incentivo cultural local.

Principais resultados

Percebendo o potencial inerente a esse Programa Federal “Territórios da Cidadania”, que atrelado a prática do turismo no meio rural, por meio do interesse da comunidade local e as diversidades geográfica, social, cultural e ambiental da área em questão, é possível sim, o desenvolvimento do Pontal do Paranapanema.

No caso do município de Rosana/SP, o assentamento Nova do Pontal já fora diagnosticado pela acadêmica Luciana Pereira de Moura, sob a orientação da Professora Doutora Rosângela Custódio Cortez Thomaz, realizado no ano de 2006, como trabalho de iniciação científica, intitulado “Diagnóstico do potencial turístico dos assentamentos rurais do município de Rosana” e utilizado em seu trabalho de conclusão de curso no ano de 2007 como “Proposta de implantação de dois roteiros turísticos no assentamento Nova Pontal em Rosana/SP: análise das limitações e possíveis soluções”.

Há também outras monografias, como a minha em que há o levantamento das principais festividades identificadas nos assentamentos rurais Gleba XV de Novembro e



Nova do Pontal, intitulado “Cultura e Manifestações Culturais: um atrativo turístico no espaço rural dos assentamentos do município de Rosana/SP” sob a orientação da Professora Doutora Rosângela Custódio Cortez Thomaz, realizado no ano de 2009.

Além de outros trabalhos acadêmicos que fazem o diagnóstico dos assentamentos. Também podem ser mencionados os atrativos turísticos já existentes no município, tais como: o Balneário Municipal; as duas usinas hidrelétricas: Engenheiro Sergio Motta e a usina de Rosana; o Museu de Memória Regional; O encontro dos rios Paranapanema com o rio Paraná; o turismo de pesca; proximidade com o Parque Estadual Morro do Diabo (Teodoro Sampaio/SP).

Há muitos aspectos que fazem de Rosana/SP e dos seus assentamentos um cenário ideal para a implementação da atividade turística. Contudo, faltam políticas públicas e um órgão fomentador que faça essa ponte, ligando os interesses das comunidades rurais com o órgão gestor municipal. Nessa óptica, o Programa Território da Cidadania desempenharia esse papel de mediador.

Na teoria funciona muito bem, mas na prática as coisas não funcionam tão bem assim. O que temos no desenrolar dos relatórios do Território da Cidadania são ações voltadas para infra-estrutura, como criação de escolas, mas nada focado diretamente com a geração de empregos no espaço rural, ou mesmo fomento aos aspectos culturais. Não constam nos relatórios de 2008 a 2010 ações que contemplem esses elementos. Para isto, foi empregada metodologicamente, leitura crítica dos documentos relativos ao Território da Cidadania, e outras leituras pertinentes para o desenvolvimento deste artigo.

Diante do estudo efetuado sobre o Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema, pode-se dizer que a cultura identificada no espaço rural, especialmente nos assentamentos rurais Gleba XV de Novembro e Nova do Pontal são expressões culturais, que resistem e sobrevivem no descompasso do tempo e do espaço, a espera de poder contribuir para o desenvolvimento local.

Poder –se- ia aproveitar dos fluxos de visitantes já existentes em torno das usinas hidrelétricas e no turismo de pesca, que acontece nos ranchos localizados ao longo das ilhas formadas no rio Paraná, para trabalhar em conjunto com as comunidades rurais. Dessa forma, é possível sim a atuação em conjunto da prática de turismo real (que já acontece) com a conexão, por meio do planejamento do turismo no espaço rural, utilizando a proposta dos circuitos turísticos, com as manifestações culturais identificadas.

Figura 03 – Principais atrativos turísticos de Rosana/SP



Fonte: SANTOS, Daiana A. Recuperado em 19 junho, 2012, de <http://biblioteca.rosana.unesp.br/upload/Santos.pdf>. Org.: Santos, Cleidiane.

Considerações finais

O primeiro ponto que temos que salientar é para o fato de que a população residente no município de Rosana/SP posiciona-se favoravelmente ao desenvolvimento do turismo. Entre as justificativas ressalta-se o desejo da geração de mais emprego, o crescimento dos recursos que seriam gastos no comércio, o movimento de pessoas que geraria e a projeção da imagem da cidade. Isso tanto no núcleo urbano, no bairro ribeirinho, quanto nos assentamentos rurais.

De um modo geral, já se tem um público de visitantes devido a usinas hidrelétricas Engenheiro Sérgio Motta e de Rosana, que são os mesmos que visitam o Museu de Memória Regional. Em sua maioria são provenientes da região, com destaque para as



visitas dos grupos escolares. Tais grupos são oriundos dos municípios que estão situados num raio de 200 km de Rosana-SP.

Há os trabalhos de conclusão de curso de graduação em Turismo da Unesp, Campus Experimental de Rosana, estas ações acadêmicas só vêm confirmar a potencialidade encontrada nesses assentamentos e contribuir para o estudo das manifestações culturais, bem como ser trabalhos para atrelar ao desenvolvimento territorial.

Com o Programa Território da Cidadania do Pontal do Paranapanema, abre-se uma janela de possibilidades que podem vir a colaborar para mudanças nessa localidade. Até porque a apropriação vigente do território não satisfaz e não contribui para a superação da pobreza local, como salienta um dos objetivos deste programa federal. E os usos do território por meio de práticas sociais diferenciadas só será possível se houver a participação de órgãos públicos competentes que viabilize, pois a comunidade sozinha não poderá abarcar medidas que requer a mediação pública. Nesse intuito, este programa federal tem aporte para contribuir muito mais com essas comunidades rurais, do que apenas construção de escola, ProInfo Rural e Urbano, entre outras ações. O caminho é árduo, mas é possível de ser alcançado.

Referências Bibliográficas

Almeida, Maria Geralda (2007). Desafios e possibilidades de planejar o turismo cultural. In Seabra, Giovanni (Org.), *Turismo de base local: identidade cultural e desenvolvimento regional* (pp. 151-167). João Pessoa, PB: Editora Universitária.

Decreto n. 38 de Instituição dos Territórios da Cidadania, de 25 de fevereiro de 2008 (2008). Dispõe sobre a criação do Território da Cidadania e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 17 outubro, 2011, de http://ftp.saude.sp.gov.br/ftpsessp/bibliote/informe_eletronico/2008/iels.fev.08/iels39/U_DC_250208.pdf.

Brasil. Ministério do Turismo (2003). *Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil*. Brasília, DF. Recuperado em: 18 abril, 2008 de <http://institucional.turismo.gov.br>.

Bricalli, Luiz Carlos Leonardi (2005). *Estudo das tipologias do turismo rural: Alfredo Chaves (ES)* (Série Dissertações em turismo rural). Santa Maria: Facos.

Castells, Manuel (2001). *O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura (Vol. 2, 3a ed.)* (v. 2). São Paulo, SP: Paz e Terra.

Claval, Paul (2007). *A Geografia cultural* (pp. 9-453). Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.



Fernandes, Bernardo Maçano (2005). Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. *Revista NERA*, 8, nº 6:01-11. Recuperado em 05 maio, 2011, <http://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/revistas/06/Fernandes.pdf>.

Fernandes, Bernardo Maçano (2008). Entrando nos territórios do Território. In Paulino, E.T. & Fabrini, J. E. (Orgs.), *Campesinato e Território em disputas* (pp. 1-22). São Paulo, SP: Expressão Popular.

Ferrante, Vera Lúcia S. B.; Barone, Luís Antonio & Bergamasco, Sônia Maria P (2005). A maioria dos assentamentos rurais em São Paulo: impasses do presente, dilemas do futuro. In Ferrante, Vera Lúcia S. B; Aly Júnior, Osvaldo (Orgs.), *Assentamentos rurais: impasses e dilemas* (pp. 37-69). São Paulo, SP: INCRA.

Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – Itesp (1998). *Retrato da terra 97/98: perfil sócio-econômico e balanço da produção agropecuária dos assentamentos rurais do estado de São Paulo*. (2 ed.). (Cadernos do Itesp, 9). São Paulo, SP: Fundação Itesp, Páginas & Letras. Recuperado em: 04 maio, 2009, de <http://www.itesp.sp.gov.br>.

Fundação Instituto de Terras do Estado De São Paulo - Itesp (2000). *Terra e cidadãos: aspectos da ação de regularização fundiária no estado de São Paulo*. (2 ed.). (Cadernos do ITESP, 4). São Paulo, SP: Fundação Itesp, Páginas & Letras. Recuperado em: 04 maio, 2009, de <http://www.itesp.sp.gov.br>.

Gohn, Maria da Glória (2008, Setembro/Dezembro). Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. *Caderno CRH*, 21 (54), 439-455.

Iokoi, Zilda Márcia Gricoli *et al* (Org.) (2005). *Vozes da terra: história de vida dos assentados rurais de São Paulo*. São Paulo, SP: Fundação Itesp.

Oliveira, Rodolfo Osório de (2002). Desenvolvimento, política agrícola e política rural: do setorial ao territorial. *Informações Econômicas*, 32, (12), 7-15.

Leite, José Ferrari (1998). *A ocupação do Pontal do Paranapanema*. São Paulo, SP: Hucitec.

Leite, Sérgio *et al.* (2004) *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília, DF: IICA, NEAD; São Paulo, SP: Unesp.

Ramiro, Patricia Alves (2008). Assentamentos rurais: o campo das sociabilidades em transformação. O caso dos assentados do Nova do Pontal. Tese de Doutorado, Universidade de São Carlos.

Santos, Milton (2007). O dinheiro e o território. In Santos, Milton; Becker, Bertha; Silva, Carlos Alberto Franco da *et al.* *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial* (3. ed., pp. 13-21). Rio de Janeiro, RJ: Lamparina.

São Paulo (Estado). Secretaria do Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo (1999). *Pontal do Paranapanema: zoneamento ecológico-econômico*. São Paulo: [S.I.].

Suertegaray, Dirce Maria Antunes (2001, 15 julho). Espaço geográfico uno e múltiplo. *Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. (93), 1-13.



Thompson, E.P. (1998). *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras.

Tuan, Yi- Fu (1983). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel.

Tuan, Y.F. (2005). *Paisagens do medo*. São Paulo: Editora da UNESP.

